

## A redescoberta do Mundo

Publicação: [O Mundo em Português Nº60](#)

Data de Publicação: Dezembro de 2005

Autor: Álvaro de Vasconcelos

Quem rumou a Lisboa, como o fiz, em finais de Abril de 1974, guarda a memória de uma cidade luminosa, onde o tempo parecia suspenso. Ainda se sentia que Lisboa tinha sido durante décadas a capital de um país cheio de história, com muito passado e pouco presente, que se isolara, e a quem o Mundo teria continuado a dar pouca importância, se não fora a tragédia das guerras coloniais. A recusa em aceitar o direito à autodeterminação levou à condenação unânime por parte da comunidade internacional: entre 1960 e 1973 foram aprovadas nos órgãos centrais das Nações Unidas 173 resoluções condenando a política colonial portuguesa. Viveu-se até aí como numa ilha, governada durante muitas décadas por um ditador provinciano e mesquinho, nacionalista ao absurdo, que acreditava na soberania absoluta e desprezava os Direitos do Homem. Aqueles que finalmente podiam regressar ao país de onde se tinham exilado, por horror à guerra ou para escapar à perseguição, detectavam, aqui e acolá, naquela bela Primavera de 1974, ainda a dolência de um país que escapara à tragédia da Segunda Guerra Mundial sentado entre duas cadeiras, e que não acompanhara o salto provocado pelo triunfo dos ideais da associação entre os Estados, pelo cosmopolitismo, que percorreu a Europa Ocidental no pós-Guerra.

A ditadura fizera viver o país, durante quase meio século, das quimeras passadas, numa versão empobrecida e mítica do mundo de quinhentos e seiscentos. O século XIX e a primeira década do século XX, e os seus ideais de liberdade, tinham sido banidos dos livros escolares e a memória histórica, para uma boa parte dos portugueses, era feita de mitos anti-castelhanos e da saga dos Descobrimentos. Durante as décadas de autoritarismo e subdesenvolvimento, os portugueses tinham partido aos milhões para os mais diversos brasis, das Américas, das África e da Europa, tornando-se o elo mais forte de Portugal com o resto do Mundo. Com a emergência dos movimentos de libertação nacional, a política externa portuguesa consumira-se na defesa do impossível. Ao mesmo tempo que uma corrente de inspiração liberal procurou, com algum sucesso, é certo, ir envolvendo Portugal nos processos de integração europeia do pós-guerra, lá onde era possível, como foi a adesão à EFTA. O isolamento não era,

pois, total. Tanto mais que surpreendentemente, Portugal, apesar de não ser uma democracia, foi membro fundador da NATO, em 1949. Consolidou-se assim, neste período, uma corrente atlantista, em que se misturava uma interpretação anti-castelhana da aliança britânica e uma enorme desconfiança dos Estados Unidos, vistos como a democracia que dera certo.

Nos dois anos que se seguiram à Primavera de 1974, o Mundo descobriu Portugal e tomou partido na luta intestina, nos diferentes projectos que se confrontaram. O país ilha esteve durante dois anos no centro das atenções do Mundo: as chancelarias das super- potências, e muitas outras, viraram as suas atenções para Portugal, laboratório da Europa do futuro. Em Portugal todos os projectos que se confrontavam – na palavra, na manifestação ou na conspiração político-militar – tinham um referencial internacional, uns puramente utópicos, que não deixaram traço, outros que ainda hoje ajudam a compreender o que se passou nas últimas décadas. Na coligação vencedora coabitavam, na defesa da democracia, visões dispares da inserção internacional. Uns eram terceiro- mundistas ilustrados, para quem Portugal se refazia numa nova relação com os países do seu antigo império, assente no respeito mútuo, outros atlantistas, muitos deles militares, para quem os Estados Unidos e a NATO já eram, ou passaram a ser, o seguro de sobrevivência. O mais vasto contingente acreditava que a Europa era o novo destino de Portugal.

O que as gerações que se envolveram durante dois anos, dia e noite, na luta política, descobriram, foi que o mundo tinha uma influência enorme no destino dos portugueses. Compreenderam que a fractura mundial da bipolaridade tinha passado por aqui; que, então, o que pensava Moscovo ou Washington podia influenciar decisivamente o nosso destino; que o bem fundado das políticas de Bruxelas, mas também de Bona, Roma, Paris e Londres pesava fortemente na capacidade dos portugueses para viverem em democracia ou recaírem numa nova ditadura de cunho totalitário; que a análise precisa da realidade, como a então embaixador dos Estados Unidos, foi fundamental para que Portugal não seguisse o destino de que falava Kissinger, que via Portugal como a «vacina» da Europa contra o comunismo.

Mas não só o mundo influenciou o destino dos portugueses, como também o que se passou em Lisboa teve uma enorme influência em Angola, país onde a fractura da Guerra Fria se fez sentir de forma bem mais brutal, com centenas de milhares, senão milhões, de mortos, do que em Portugal.

O que há de mais significativo na relação de Portugal com o mundo nos últimos 25 anos foi a redescoberta que ele existe e que influencia a nossa qualidade de vida. O Instituto

de Estudos Estratégicos e Internacionais, criado em 1980, mas cuja «criação» começou, de facto, desde que o país saiu da crise, corresponde exactamente a essa compreensão de que Portugal tem que perceber o mundo e actuar sobre ele, e que tem que ter um conjunto de instituições, nomeadamente as diplomáticas e as da defesa, que sirvam as novas opções do Portugal democrático. Que as escolhas estratégicas de Portugal devem ser coerentes com a opção essencial que tomamos a seguir ao 25 de Abril: a adesão à Comunidade Europeia, hoje União. O IEEI está consciente que, num mundo globalizado, mesmo as organizações da sociedade civil, para terem influência, têm que agir a nível internacional, contribuindo assim para uma segunda mundialização, a da opinião pública. Daí a importância que tem para a actividade do IEEI o trabalhar em rede.

A partir do início dos anos 80, ultrapassada a diplomacia do reconhecimento e da consolidação do novo regime, ultrapassadas a maioria das acções diplomáticas ligadas ao desfazer do Império, os governos da nova República foram chamados a definir as prioridades da política externa e de defesa, ao mesmo tempo que faziam a aprendizagem da integração europeia e do multilateralismo. Na primeira metade da década de 80, em plena Guerra Fria, Portugal foi confrontado, com sucessos mitigados, com a necessidade de dar substância ao atlantismo e de construir uma relação com os Estados Unidos que não se esgotasse na base dos Açores; depois da adesão, em 1986, e até à Presidência da União, em 1992, foi o período da cautelosa aprendizagem europeia, que a Presidência da União e as condições europeias do pós-Guerra Fria iriam transformar numa descoberta da importância da Europa política. A segunda metade dos anos 90 viu os governos portugueses retirarem as consequências da sua condição europeia, com o envio de tropas para a Bósnia e a internacionalização da nossa acção externa, nomeadamente com a redescoberta do Brasil. A força do compromisso europeu e da realidade internacional foi aproximando a política externa portuguesa dos seus pares europeus, que acabou por estabilizar em torno de três características fundamentais: exigências europeias, discurso euro-atlantista e iniciativas lusófonas. A questão de Timor, em que se concentrou uma parte significativa dos esforços diplomáticos portugueses da década de 90, permitiu, exactamente na questão da descolonização, o encontro de Portugal com as Nações Unidas. A agenda internacional nos primeiros anos do novo século, marcada pelo unilateralismo da administração Bush, criou uma enorme perplexidade, particularmente na Europa, e complicou seriamente o equilíbrio euro-atlântico que a política externa afirma prosseguir.

Nestes vinte e cinco anos, Portugal redescobriu o Mundo, não só aquele que tinha feito conhecer aos europeus, mas, em primeiro lugar, aquele que começa aqui mesmo ao lado, na Península de que fugíramos, primeiro, e que nos ensinaram a odiar, depois, e que agora aprendemos a admirar, e muitos vão aprendendo a reconhecer próxima, não só no apego aos mesmos valores, na mesma memória da herança histórica, incluindo a do património árabe, mas também na mesma ambição de estar no Mundo, na Europa, nas Américas, agora no Mediterrâneo. A diplomacia portuguesa foi-se mundializando. Há portugueses que assumem responsabilidades internacionais em instituições que têm um papel central no desenhar da ordem internacional, seja na Presidência da Comissão Europeia, seja no Alto Comissariado para os Refugiados da Nações Unidas. Tropas portuguesas contribuem para a paz nos Balcãs, em Timor e no Afeganistão. Com o Brasil as relações alteraram-se radicalmente, desde meados dos anos 90 do século passado, ultrapassando a retórica passadista e ganhando substância política e económica. O Mediterrâneo, mesmo aqui ao lado, começa a ser descoberto.

A atitude isolacionista, e nalguns casos mesmo neutralista, porém, ainda cá mora. Persistiram reflexos da antiga política, feita de cinismo e ideologia nacionalista e depreciação dos direitos fundamentais e da sua universalidade, ou, como dizia o embaixador Calvet de Magalhães, alguns continuam a considerar «os valores nacionais como valores absolutos, opondo-se a tudo que obrigue, em nome de superiores valores humanos, a reconhecer a relatividade dos valores nacionais». Foi precisamente isto que se constatou na atitude em relação ao conflito balcânico, com o apoio, de facto, dado durante um período às teses dos sérvios, na dificuldade em assumir uma atitude crítica em relação ao desrespeito dos direitos do homem nas antigas colónias ou na incapacidade para manter uma linha de defesa intransigente do multilateralismo na guerra do Iraque.

Se a política externa portuguesa ganhou universalidade, ainda não é identificável por um conjunto de valores que lhe dêem identidade própria no contexto internacional. Portugal, um país que aboliu a pena de morte em 1867, cuja transição democrática é fonte de inspiração para muitos, membro da União Europeia, a associação mais avançada de Estados, devia fazer dos Direitos do Homem uma marca distintiva da sua política internacional e da sua cooperação. Deveria assumir em relação ao multilateralismo, não a perspectiva de que ele é antes de tudo a melhor forma de preservar a defesa da soberania, mas que ele deve evoluir para um novo multilateralismo, que coloque os direitos das pessoas e a sua defesa no centro.

O grande desafio para Portugal, como para a Europa, nos anos que aí vêm, é o de assumir a diversidade. Serão as sociedades abertas, cosmopolitas, que terão influência no mundo. Já nos finais dos anos 70, o regresso de muitos «estrangeirados» a Portugal tinha sido uma lufada de cosmopolitismo. Hoje, os que vêm de Cabo Verde, do Brasil ou da Ucrânia, contribuem para a transformação do país, para o desabar do mito do Portugal culturalmente uno. Como noutros cantos da Europa, as resistências são grandes, mas esta é a primeira das prioridades da modernidade.